



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS
CPJ/TRT-2

ANO 2025

A Comissão de Pesquisas Judiciárias, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região foi instituída pelo Ato GP nº 25, de 28/4/2023.¹

Descrição das principais atividades realizadas pela CPJ-TRT-2 em 2025.

1. Pesquisas/Diagnósticos/Levantamentos

Título da iniciativa: Projeto Alicerces
Início da atividade: março/2025
Objetivo: O projeto visa fomentar a realização de pesquisas nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), promovendo a capacitação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa focados em temas relevantes para a Justiça do Trabalho. Tem como finalidade principal incentivar os TRTs a desenvolverem pesquisas próprias, oferecendo suporte e capacitação técnica. Órgão promotor: Secretaria de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST).
Atividades: Fases do Projeto: Primeira Fase: Capacitação. A primeira fase do projeto consistiu na capacitação recebida para a elaboração de projetos de pesquisa. Essa fase foi liderada por um professor especialista na área de metodologia de pesquisa. Segunda Fase: Desenvolvimento do Projeto. Na segunda fase foi desenvolvido o projeto de pesquisa, baseado em um dos seguintes temas estruturantes: Violência, assédio moral e gestão do trabalho judicial ou Abordagem pericial do adoecimento na Justiça do Trabalho. O projeto apresentado pelo TRT-2 foi Percepção ao sofrimento de assédio e/ou discriminação por magistrados(as) e servidores(as), no contexto das relações de trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, por grupo de diversidade primária. O Projeto foi selecionado para a terceira fase, que consiste em orientação e acompanhamento, sob supervisão de instrutores, da fase execução do projeto de pesquisa selecionados.
Período: ao longo do ano de 2025

¹ Ato GP 25, de 28/4/2023. Disponível em: <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/15471>



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Fase atual: aguardando ajustes administrativos e de gestão no TST, para a continuidade da fase de tutoria e execução.

2. Eventos

Título: III Congresso Nacional de Pesquisa Judiciária, Ciência de Dados e Estatística da Justiça do Trabalho, promovido pelo Centro de Pesquisas Judiciárias, Estatística e Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho (CPJED/TST) por meio da Secretaria de Pesquisa Judiciária, Estatística e Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho (SEPJD-TST), realizado entre 27 e 29 de agosto de 2025, em Brasília – DF.

Objetivo: O Congresso se propôs a alinhar a área de pesquisa judiciária com temas candentes sobre trabalho e regulação, além de propor reflexões sobre os sentidos da produção de conhecimento científico baseado em evidências e sobre os usos e desafios da disseminação de ferramentas digitais na gestão do trabalho judicial. Programação: <https://www.tst.jus.br/documents/d/cpjed/programacao-do-iii-congresso-2025-4-pdf-pdf>

Atividade: Participação nos três dias do congresso e apresentação do estudo **Automatização para Diagnóstico da Litigância envolvendo Adicionais de Insalubridade e Periculosidade no TRT-2.**

O estudo teve como objetivos identificar se há eventual abuso no acesso à justiça; identificar, por meio de ferramentas de inteligência artificial, ações judiciais com pedidos de perícia relacionados a adicionais de insalubridade e periculosidade; compreender os índices de procedência e improcedência desses pedidos, especialmente se há manutenção da proporção diante da grande oscilação na quantidade de demandas ajuizadas nos referidos períodos; verificar a existência de sistemas de incentivos e desincentivos à litigância abusiva que não comprometam a garantia constitucional de acesso à justiça.

Descrição: Volume expressivo de ações trabalhistas, sendo apenas no TRT-2 410.120 novos processos e quantidade crescente de processos que exigem perícia técnica. As perícias sobre insalubridade e periculosidade têm como características a morosidade e complexidade probatória.

Metodologia: A análise estatística estrutura-se em três períodos distintos: pré-Reforma Trabalhista, pós-Reforma e pós-ADI 5766/DF. O objetivo é compreender os índices de procedência e improcedência desses pedidos, especialmente se há manutenção da proporção diante da grande oscilação na quantidade de demandas ajuizadas nos referidos períodos. Com isso, busca-se identificar sistemas de incentivos e desincentivos à litigância abusiva que não comprometam a garantia constitucional de acesso à justiça.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

A solução permite identificar, com base nos pedidos e nas decisões, os processos com perícia requerida e mensurar sua taxa de procedência. O resultado fornece base objetiva para estudos qualitativos, a serem desenvolvidos em conjunto com parceiros institucionais públicos e acadêmicos. Ao final, os dados possibilitam a formulação de estratégias voltadas à maior efetividade da prestação jurisdicional. A metodologia adotada envolve o uso de tecnologia da informação para automatizar a extração, organização e análise preliminar de dados processuais relacionados a pedidos de adicional de insalubridade e periculosidade. A primeira etapa consistiu na identificação automatizada de processos com registro de perícia, a partir da base do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Para isso, foi utilizada uma ferramenta de Automação Robótica de Processos (RPA), que permite a coleta eficiente dos dados relevantes, mesmo em grandes volumes. Paralelamente, empregou-se a técnica de web scraping para extrair dados, organizando-os em planilhas para análise posterior. Esses dados foram submetidos a uma análise textual com o uso de modelo de linguagem de grande porte (LLM – Large Language Model), utilizando a ferramenta de inteligência artificial "ChatJT", desenvolvida no âmbito da Justiça do Trabalho. Foram elaborados prompts específicos, programados para identificara automaticamente a presença de perícia nos autos e a natureza do pedido (insalubridade, periculosidade ou ambos). Os resultados compilados servem como base objetiva para a etapa seguinte da pesquisa, que prevê a integração de parceiros técnicos e acadêmicos para análise qualitativa aprofundada e formulação de estratégias institucionais voltadas à efetividade da prestação jurisdicional. Início: Maio/2025 – em andamento.

3. Capacitações

Título: WORKSHOP - PAINÉIS NACIONAIS - VISÕES DA JT
Objetivo: Apresentar os diversos painéis de BI (Business Intelligence) desenvolvidos no âmbito dos Tribunais Regionais Trabalhistas, para compartilhamento de experiências e iniciativas.
Atividade: Participação na capacitação realizada pela Secretaria de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Carga horária: 6 horas Período: 13 de maio a 15 de junho de 2025



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Título: Webinário "Power BI Service para Usuários Consumidores"

Objetivo: Incentivar a disseminação da governança de dados e capacitar os integrantes das Comissões Regionais de Pesquisa Judiciária, Estatística e Ciências de Dados dos Tribunais Regionais do Trabalho, bem como outros interessados, nas funcionalidades do Power BI.

Atividade: Participação na capacitação realizada pela Secretaria de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Carga horária: 2 horas-aula

Data: 2/10/2025

Título: Webinário "O uso da IA como ferramenta de pesquisa científica"

Objetivo: Capacitar magistrados e servidores integrantes das Comissões Regionais de Pesquisa Judiciária da Justiça do Trabalho para a utilização de ferramentas de Inteligência Artificial como metodologia auxiliar na produção de conhecimento científico, promovendo segurança técnica, ética e ganho de produtividade na análise de dados.

Atividade: Participação na capacitação realizada pela Secretaria de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Carga horária: 4 horas-aula

Data: 5 e 7/11/2025

Título: Curso: Capacitação para o sistema do E-Gestão

Objetivo: Capacitar magistrados(as) e servidores(as) a utilizarem de forma eficiente as melhorias implementadas na versão atualizada do sistema **e-Gestão**, de forma a promover maior precisão e conformidade nos dados estatísticos relativos à estrutura administrativa e à atividade judicante de primeiro e segundo graus.

Atividade: Integrante da Comissão foi instrutor de um dos módulos da Capacitação.

Carga horária: 6 horas-aula

Período: 29/08, 05/09 e 12/09/2025



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

4. Outras iniciativas

Título: Subcomitê Regional do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão)

Atividade: zelar pela consistência e integridade das bases de dados do tribunal: PJe, e-Gestão e DataJud.

Atividades de alinhamento e saneamento dos dados constantes da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud, PJe e e-Gestão; acompanhamento de envio de dados para a composição das bases; controle de qualidade e saneamento dos dados.

Período: ano de 2025.

Título: Rede de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados da Justiça do Trabalho

Objetivo: A Rede de Pesquisa Judiciária é formada pela Comissão Nacional de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados da Justiça do Trabalho, pelas Comissões Regionais de Pesquisas Judiciárias e Ciência de Dados dos Tribunais Regionais do Trabalho e pela Secretaria de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho.

Atividade: Participação em todas as reuniões do ano de 2025 da Rede e em eventos/atividades realizadas.

São Paulo, março 2026

COMISSÃO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS CPJ/TRT-2

Coordenadoria de Estatística – Unidade de Apoio Executivo